ENTRE RIOS E PARQUES: DISTRIBUIÇÃO E RELEVÂNCIA DOS PARQUES AMBIENTAIS EM TERESINA-PI

BETWEEN RIVERS AND PARKS: DISTRIBUTION AND RELEVANCE OF ENVIRONMENTAL PARKS IN TERESINA-PI

Luanna Flávia Oliveira Lima Moura [1]; Karenina Cardoso Matos [2]; Denise Rodrigues Santiago [3]; Wilza Gomes Reis Lopes [4]; Francisco Kaio Pinto da Silva [5]; Thiago Victor Pereira do Vale [6].

[1]Graduanda | luannaflavia1@hotmail.com | UFPI | Teresina, Brasil; [2]Doutora | karenina@ufpi.edu.br | UFPI | Teresina, Brasil; [3]Doutoranda | denisesantiago.arq@gmail.com | UFU | São Luís, Brasil; [4]Doutora | wilzalopes@hotmail.com | UFPI | Teresina, Brasil; [5]Graduando | kaiofrancisco@ufpi.edu.br | UFPI | Teresina, Brasil; [6]Graduado | thiagovictor0255202020@gmail.com | UFPI | Teresina, Brasil;

Resumo:
A cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, implantada na confluência dos rios Parnaíba e Poti, desenvolveu ao longo do tempo uma relação dinâmica com suas paisagens ribeirinhas. A partir da década de 1990, com o fortalecimento das legislações ambientais, a cidade implementou uma política de criação de parques ambientais ao longo dos rios, visando à preservação e à qualificação dos espaços públicos. O objetivo deste artigo é analisar a implantação e a distribuição dos parques ambientais ribeirinhos em Teresina, a partir da década de 1990, discutindo suas contribuições para a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios e as desigualdades no acesso a essas áreas. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e análise da distribuição espacial dos parques nas diferentes zonas de Teresina. Os resultados revelam a expansão dos parques, especialmente nas zonas Norte, Centro e Leste, mas também evidenciam a concentração desigual desses equipamentos, com menor cobertura nas zonas Sudeste e Sul. Conclui-se que, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à equidade e ao fortalecimento da relação entre a população urbana e os rios.

Palavras-chave:
Parques ribeirinhos; Rio Poti; Rio Parnaíba; Teresina-PI.

Abstract:
The city of Teresina, capital of the state of Piauí, located at the confluence of the Parnaíba and Poti rivers, has developed a dynamic relationship with its riverside landscapes over time. Starting in the 1990s, with the strengthening of environmental legislation, the city implemented a policy of creating environmental parks along the rivers, aiming at the preservation and qualification of public spaces. The objective of this article is to analyze the implementation and distribution of riverside environmental parks in Teresina, starting in the 1990s, discussing their contributions to environmental preservation, while highlighting the challenges and inequalities in access to these areas. The methodology involved bibliographic research and analysis of the spatial distribution of parks in the different areas of Teresina. The results reveal the expansion of parks, especially in the North, Central and East zones, but also highlight the unequal concentration of these facilities, with less coverage in the Southeast and South zones. It is concluded that, despite the advances, challenges related to equity and strengthening the relationship between the urban population and rivers persist.

Keywords:
Riverside parks; Poti River; Parnaíba River; Teresina-PI.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, foi implantada na confluência dos rios Parnaíba e Poti e foi moldada por essas águas que a abraçam e delineiam sua paisagem. Porém, no processo de expansão e crescimento da cidade, os rios foram importantes na organização e configuração do território, e as paisagens ribeirinhas passaram por diversas transformações (Matos, 2017).

Com o avanço da urbanização, surgiram preocupações relacionadas à infraestrutura, à preservação ambiental, à regularização de ocupações e à mobilidade, consequentemente, os rios acabaram por obter um papel secundário, sendo vistos como limitadores, tornando-os distantes no convívio da população, mesmo presentes em grande parte da cidade (Matos, 2017).

A cidade de Teresina é composta por 122 bairros, dos quais 56 desses considerados ribeirinhos. Esses bairros revelam paisagens distintas, possibilitando uma leitura da cidade por meio de seus rios, pois possuem realidades urbanas, sociais, paisagísticas e ambientais distintas, pelas formas de ocupação, uso, manutenção, projetos do poder público, mas, principalmente, pela valorização dada pela população que as cercam (Prefeitura Municipal de Teresina, 2025).

Nesse contexto, destacam-se os parques ambientais implantados ao longo das margens dos rios, os quais passaram a desempenhar papel fundamental na requalificação dessas áreas, promovendo tanto a preservação ecológica quanto o acesso a espaços públicos de lazer. A partir da década de 1990, Teresina investiu em uma política de criação de parques ambientais, resultando atualmente na existência de 37 parques distribuídos em diferentes zonas da cidade, dos quais 19 são considerados ribeirinhos. Apesar da relevância dessa iniciativa, a distribuição desses parques é marcada por desigualdades territoriais, refletindo disparidades históricas e estruturais no acesso aos espaços livres e à paisagem ribeirinha.

É fundamental incluir ruas e espaços livres públicos inspiradores e motivadores em seu cotidiano, locais que estimulem interações, favoreçam a permanência e sejam seguros para brincar. É também importante que o poder público considere as demandas dos moradores do seu entorno e as questões ambientais onde o parque está inserido.

O objetivo deste artigo é analisar a implantação e a distribuição dos parques ambientais ribeirinhos em Teresina, iniciada na década de 1990, discutindo suas contribuições para a preservação ambiental e para o planejamento urbano, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios e as desigualdades no acesso a esses espaços públicos.

2. RELAÇÃO DOS RIOS COM A CIDADE

A cidade de Teresina nasceu em um lugar privilegiado, abraçado por dois grandes rios - Parnaíba e Poti -, que definiram sua configuração e dinâmica. O rio Parnaíba foi fundamental no comércio, especialmente nos primeiros anos da cidade. Mas foi o rio Poti que acabou exercendo um papel mais imediato no limite da expansão territorial da cidade, à medida que a infraestrutura viária se aproximava de suas margens (Matos, Afonso, 2016).

Assim, embora o rio Parnaíba tenha sido inicialmente o foco para as trocas comerciais, com o tempo, a cidade também passou a se distanciar de suas águas, em parte devido às inundações recorrentes, e a se voltar mais para o rio Poti, que, apesar de ser menos explorado até os anos 70 passou a representar uma importante área de crescimento urbano. Essa relação fluida entre os rios e a cidade, de aproximação e de afastamento, reflete a constante adaptação da capital piauiense às exigências do comércio, da infraestrutura e da urbanização, mantendo, ao longo do tempo, um vínculo simbólico e estratégico com esses corpos d'água (Matos, Afonso, 2016).

Diante dessa trajetória marcada por aproximações e afastamentos, percebe-se que os rios, outrora protagonistas na fundação e no desenvolvimento econômico de Teresina, passaram a ser tratados como obstáculos à expansão urbana. No entanto, a partir do final do século XX, consolida-se uma nova leitura territorial, em que os rios deixam de ser vistos apenas como limites físicos e passam a

ser reconhecidos como elementos estruturantes da paisagem urbana. Essa mudança de paradigma impulsiona a formulação de políticas públicas voltadas à preservação ambiental e à requalificação das margens fluviais, como exemplifica a criação dos parques ambientais ao longo dos rios Parnaíba e Poti (Matos, 2017).

3. MÉTODO

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, com procedimentos metodológicos coerentes com o objetivo de analisar a implantação e a distribuição dos parques ambientais ribeirinhos em Teresina, no período compreendido entre 1990 e 2025. O estudo baseou-se em levantamento bibliográfico e documental, envolvendo autores que tratam da relação entre cidade, rios e espaços livres, bem como em legislações, decretos e planos urbanos que regulamentam o uso das margens dos rios Parnaíba e Poti. Esse conjunto de fontes permitiu compreender o contexto histórico, ambiental e institucional que impulsionou a criação dos parques.

A análise espacial dos parques foi realizada com base na sua identificação e sistematização distribuídos nas cinco zonas administrativas da cidade (Norte, Centro, Leste, Sudeste e Sul). Foram considerados critérios como localização ribeirinha, ano de criação, tipologia, estado de conservação e presença de infraestrutura. Esses dados foram organizados em tabelas, permitindo observar padrões de distribuição e desigualdades no acesso aos espaços livres, em consonância com os objetivos de discutir a preservação ambiental e a equidade urbana em Teresina.

4. OS PARQUES AMBIENTAIS DE TERESINA

A partir da década de 1990, a preocupação com a preservação ambiental ganhou força, refletindo uma mudança de paradigma na relação sociedade-meio ambiente. O fortalecimento de movimentos ambientalistas pressionou governos a incluírem a questão ambiental em suas agendas, resultando na criação de políticas de proteção e de órgãos de fiscalização ambiental (Sousa, Aquino, 2007).

Esse processo foi resultado de um amadurecimento das discussões ambientais promovidas desde a década de 1970, por meio de conferências internacionais e agendas globais que incentivaram a ampliação de áreas verdes urbanas. Como consequência, legislações em diferentes esferas estimularam o estabelecimento de áreas verdes públicas como espaços de lazer e de preservação (Freitas, 2016).

No caso de Teresina, a criação de projetos ambientais foi motivada pelo debate sobre a função ecológica dos parques (Santiago et al., 2024), evidenciada na Conferência Rio 92 (ECO-92), evento que consolidou diretrizes para cidades mais sustentáveis, integrando meio ambiente, economia e necessidades humanas nos planos urbanísticos.

O Projeto Parques Ambientais de Teresina, implementado nesse contexto de mudanças da década de 1990, foi uma iniciativa pioneira voltada para a recuperação de áreas degradadas, consolidando a proteção das margens ribeirinhas e a criação de parques lineares como estratégia de preservação e de ordenamento urbano (Santiago *et al.*, 2024). Desenvolvido pela Prefeitura Municipal, com apoio de órgãos ambientais e financiamento de instituições nacionais e internacionais, o projeto teve como principal objetivo a preservação dos ecossistemas urbanos, especialmente em áreas de várzea, ao longo dos rios Poti e Parnaíba.

A iniciativa incluiu a criação de parques urbanos equipados com infraestrutura de lazer e educação ambiental, além da implementação de programas de reflorestamento e de recuperação de nascentes, surgindo como resposta à necessidade de integrar o ambiente natural ao planejamento urbano. Com a sanção da Lei Nº 2.475/1996, estabeleceu-se a política de proteção aos recursos naturais, regulamentando o uso das áreas ribeirinhas e transformando-as em parques ambientais, com ênfase na preservação ecológica em vez de meramente recreativa (Teresina, 1996).

No contexto da capital piauiense, onde os rios Parnaíba e Poti atravessam zonas urbanas densamente ocupadas, o Projeto visou impedir a degradação desses ecossistemas, promover a

biodiversidade e criar áreas permeáveis essenciais para o equilíbrio climático da cidade. Assim, ao longo da década de 1990, consolidou-se um modelo de gestão territorial que converteu praticamente toda a extensão das margens fluviais em zonas protegidas, alinhando-se às diretrizes do Plano Estrutural de Teresina de 1988 (Matos *et al.*, 2014; Matos, 2017). Essas iniciativas representaram um avanço significativo na gestão ambiental urbana, permitindo a preservação dos cursos d'água e, simultaneamente, promovendo a ressignificação das margens dos rios como espaços de integração entre sociedade e natureza.

O programa levou à formação de, atualmente, cerca de 40 parques ambientais - sendo 19 deles localizados nas margens dos rios-, devido à importância da legislação ambiental e urbanística em reafirmar o papel dos parques lineares como elementos fundamentais para a sustentabilidade urbana, a partir da definição do uso e da ocupação do solo em áreas ribeirinhas. Entretanto, a promulgação de novas normas reformulou o arcabouço legal e as diretrizes do planejamento urbano e ambiental no Brasil, tornando o II PET (Plano Estrutural de Teresina) relativamente ultrapassado (Matos, 2017). Somado a isso, "nesse período, a classificação dos parques não levava em conta sua forma, dimensão e local de implantação" (Santiago *et al.*, 2024), revelando ações urbanas que subestimavam diagnósticos ambientais acerca das tipologias de parque.

Sob essa ótica, destaca-se que diferenciar os parques de margem de rio dos não ribeirinhos é essencial para implantar um planejamento urbano eficiente, uma vez que cada um desempenha funções específicas dentro do espaço urbano. Os parques ribeirinhos, por sua característica linear, acompanham as margens dos rios e têm como principal objetivo a preservação da biodiversidade local, especialmente a vegetação ciliar ameaçada pelo crescimento urbano. Já os parques não ribeirinhos, inseridos em áreas internas dos bairros, possuem traçados mais definidos e geralmente incluem infraestruturas e equipamentos urbanos, com o intuito de atender às demandas recreativas, esportivas e comunitárias. Essa diferenciação torna-se mais evidente na transição entre os séculos XX e XXI.

É importante mencionar que a maioria dos parques de beira de rio construídos no século XX, não possuía traçado definido, sendo geralmente traçados espontâneos e sobretudo com a função de preservação. No presente século XXI, os parques são implantados em espaços mais urbanos, compreendendo áreas maiores, com traçados mais bem definidos e apresentando usos de caráter mais esportivo (Santiago *et al.*, 2024).

A criação do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Teresina seguiu essa mesma linha, apresentando-se mais como uma reprodução normativa da Agenda 2015, documento de 2001 que incluía ações para modernizar a gestão municipal, do que como um plano diretor estruturado. Somente em 2006 foi aprovado um plano diretor efetivo, regulamentado pela Lei nº 3.558 e complementado por outras leis municipais, revogando as normas anteriores (Brasil, 2006). Contudo, na prática, o Plano de 2006 manteve as diretrizes já estabelecidas nos documentos de 2002, indicando uma evolução limitada na abordagem ambiental e na gestão territorial da cidade (Matos, 2017).

5. DISTRIBUIÇÃO DOS PARQUES

Firmadas em estratégias restritas, a efetivação das propostas do Projeto Parques Ambientais ocorreu de forma desigual entre as zonas da cidade, com maior impacto na zona centro-norte, leste e sul, à medida que a zona sudeste ficou menos contemplada. Esse padrão irregular é, também, reflexo das diferentes formas de ocupação das margens ribeirinhas em cada uma das cinco zonas administrativas da cidade, haja vista que, historicamente, enquanto a zona norte e a zona sul foram marcadas pelo uso pré-existente das margens ribeirinhas como áreas de lazer pela população – como nos bairros Poti Velho, Acarape, São Joaquim e Vermelha –, outras regiões, como o centro e a zona sudeste, não se caracterizam pelo uso de parques ambientais, resultando em uma desconexão entre os rios e a população (Matos *et al.*, 2014).

De modo geral, os parques de Teresina desempenham papel essencial na sustentabilidade urbana, na preservação ambiental das margens dos rios e no bem-estar social, ao mesmo tempo em que

promovem diferentes funções, de acordo com as características de cada zona administrativa em que estão inseridos. Segundo levantamentos feitos por Kallas e Machado (2005), foi possível identificar a presença de 31 parques urbanos em Teresina, no ano de 2005. Com a implantação do Projeto Parques Ambientais, em 1990, a quantidade de parques foi ampliada em todas as zonas (Bueno, Costa, 2021). O presente estudo identifica a presença de 37 (trinta e sete) parques na cidade de Teresina, no ano de 2024, dos quais dezenove (19) são de margem de rio (Figura 1).

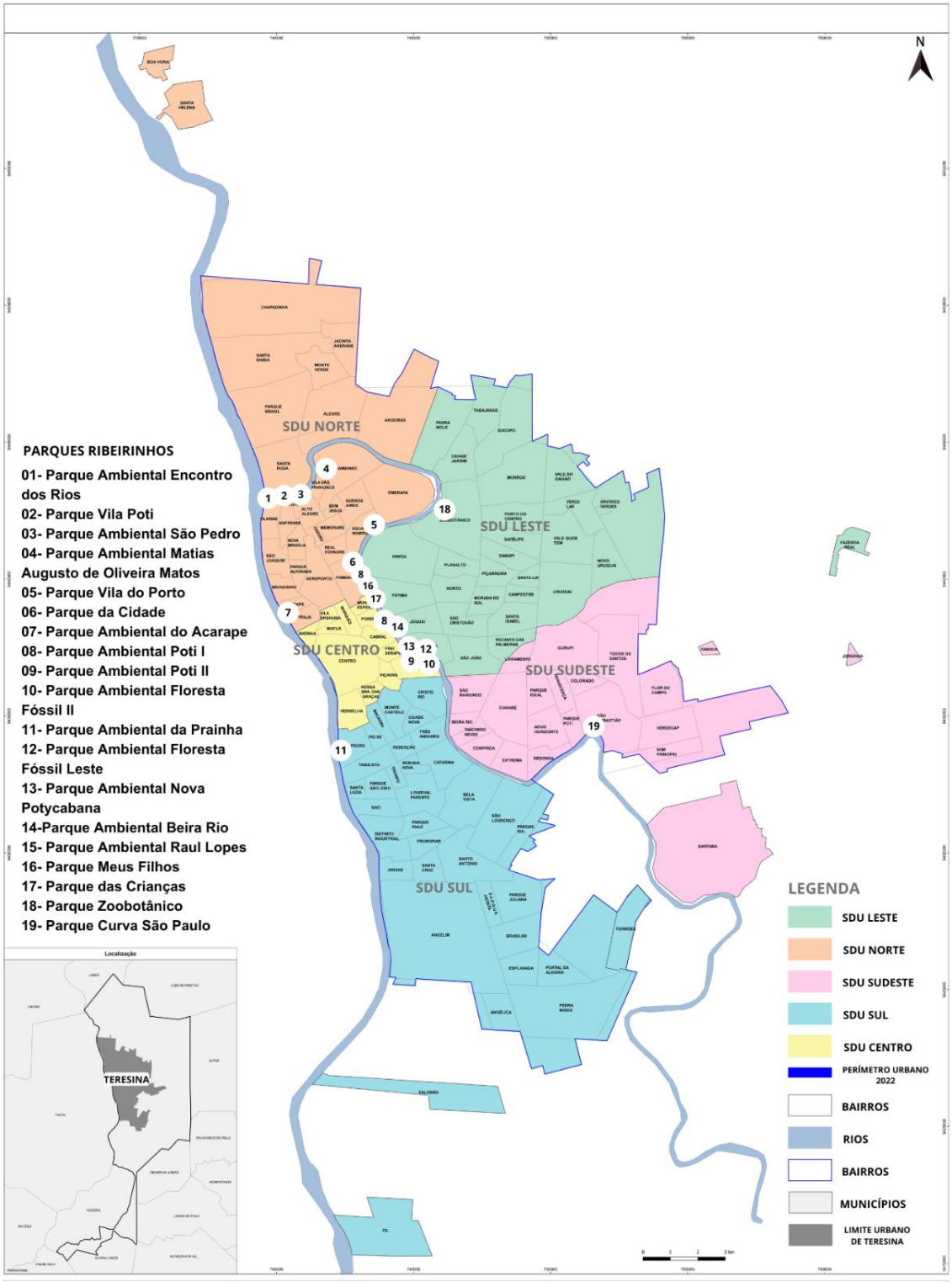

Figura 1: Parques ambientais em Teresina-PI 2025.
Fonte: Os autores (2025).

Na Zona Norte, região marcada por históricos de ocupações espontâneas e por uma grande concentração de áreas verdes, envolvendo o complexo de lagoas (Matos, 2017), os parques ribeirinhos têm papel fundamental na preservação da identidade cultural local. A região abriga comunidades tradicionais que mantêm vivas práticas como a pesca e o artesanato. Além disso, destaca-se que alguns espaços oferecem infraestrutura básica para o lazer e a contemplação, mas ainda carecem de adaptações específicas para idosos e crianças, como brinquedos acessíveis e percursos adaptados para caminhada segura. Apesar disso, eventos culturais e atividades comunitárias reforçam o vínculo dos moradores com os espaços naturais (Tabela 1).

Nome	Ano	Bairro	Diário Oficial	Situação atual	Tipologia
Parque Ambiental Encontro dos Rios	1988/1996	Olarias	Lei Nº 1.939/1988: Demarcação da área do parque. Lei Nº 2.265/1996: Inauguração do parque.	Bom	Lazer / Recreação / Turismo / Cultura
Parque Ambiental Acarape	1996	Acarape/Pirajá	_____	Ruim	Lazer / Recreação
Parque João Mendes Olímpio de Mello	1988	Primavera	Decreto-Lei Nº 2.329/1993: Parque batizado com o nome de “João Mendes Olímpio de Melo”.	Bom	Lazer / Recreação / Ecologia
Parque Ambiental São Pedro	1988/2000	Poti Velho	Lei Nº 1.939/1988: Demarcação da área do parque.	Regular	Lazer
Parque Ambiental Poti I	1994	Primavera / Porenquanto / Cabral	Decreto Nº 2.642/1994: Criação do parque.	Regular	Lazer / Recreação

Tabela 1: Parques ambientais da zona Norte, Teresina.
Fonte: Os autores (2025).

No Centro, os parques ribeirinhos são essenciais para a preservação de espécies nativas, funcionando como refúgios para a fauna e flora locais, e tornando-se áreas estratégicas para a educação ambiental e para o controle térmico. No entanto, diferentemente das zonas norte e sul, o centro de Teresina não possui tradição de uso das margens ribeirinhas para lazer (Matos *et al.*, 2014), o que resultou em uma desconexão entre a população e os rios. Apesar disso, a presença de trilhas ecológicas e de pontos de observação da natureza atrai visitantes interessados em educação ambiental, ainda que haja necessidade de melhorias na acessibilidade para idosos e crianças.

Já na Zona Leste, os parques se destacam pela oferta de lazer ativo, dado que a maior valorização imobiliária impulsionou investimentos nesses espaços (Matos, 2017), tornando-os mais estruturados para diferentes faixas etárias, com áreas de caminhada, ciclovias, trilhas, equipamentos esportivos, mobiliário urbano e espaços sombreados. No entanto, essa ênfase no esporte pode limitar o conforto de idosos e crianças, que necessitam de espaços mais seguros e de lazer passivo. Apesar disso, a acessibilidade é relativamente boa, com calçadas amplas e pontos de descanso (Tabela 2).

Nome	Ano	Bairro	Diário Oficial	Situação atual	Tipologia
Parque Ambiental Zoobotânico	1973	Zoobotânico	Decreto Estadual Nº 1.608/1973: Criação do parque.	Bom	Lazer / Recreação / Turismo / Cultura / Ecologia
Parque Potycabana	1990/2013	Noivos	_____	Bom	Recreação / Turismo
Parque Floresta Fóssil - Leste	2002	Noivos	_____	Em construção	Pesquisa / Turismo
Parque Ambiental Raul Lopes	____	Jockey / Fátima	_____	Bom	Lazer / Recreação
Parque Ambiental Beira Rio	____	Jockey	_____	Bom	Lazer / Recreação
Bosque Meus Filhos	____	Fátima	Parque de iniciativa privada.	Bom	Lazer / Recreação
Parque das Crianças	____	Ininga	_____	Bom	Lazer / Recreação

Tabela 2: Parques ambientais da zona Leste, Teresina.
Fonte: Os autores (2025).

A ausência de áreas livres em quase toda a zona Sudeste faz do balneário Curva São Paulo um dos espaços principais para o lazer nessa zona (Matos, 2017). Nessa região, o potencial ecológico da região se sobressai, pois os parques ribeirinhos abrigam uma diversidade de espécies vegetais e animais, contribuindo para a regulação do microclima e para a retenção de água nas áreas alagáveis. No entanto, por terem recebido menor impacto do Projeto Parques Ambientais, os escassos espaços livres públicos presentes na região carecem com a falta de manutenção, o que compromete a infraestrutura e a experiência dos visitantes. A revitalização desses espaços poderia ampliar seu uso recreativo e educativo, garantindo mais segurança e conforto para a população (Tabela 3).

Nome	Ano	Bairro	Diário Oficial	Situação atual	Tipologia
Balneário Curva São Paulo	2007	São Sebastião	_____	Regular	Lazer / Recreação / Turismo

Tabela 3: Parques ambientais da zona Sudeste, Teresina.
Fonte: Os autores (2025).

Por fim, na zona Sul, marcada por programas de habitação popular e por distritos industriais, as infraestruturas verdes, modestas e desconexas, refletem uma descontinuidade entre o ambiente construído e o ambiente natural, relegando a importância dos rios para o desenvolvimento urbano (Matos, 2017). Nessa região, o único parque ribeirinho tenta manter costumes históricos, como a tradicional “prainha”, onde moradores frequentam as margens do rio Parnaíba para lazer e socialização. Entretanto, os parques apresentam, em regra, pouca ou nenhuma estrutura inclusiva (Tabela 4).

Nome	Ano	Bairro	Diário Oficial	Situação atual	Tipologia
Parque Ambiental Prainha	1997	Vermelha / São Pedro / Tabuleta	Lei Nº 2.600/1997: Criação do parque.	Ruim	Lazer / Recreação / Ecologia
Parque Ambiental Poti II	2002	Frei Serafim / Ilhotas	_____	Regular	Lazer / Recreação
Parque Floresta Fóssil - Sul	2002	Ilhotas	_____	Em construção	Pesquisa / Turismo
Parque Ambiental Rio Poti	____	Parque Rodoviário	_____	___	___

Tabela 4: Parques ambientais da zona Sul, Teresina.
Fonte: Os autores (2025).

Dessa forma, a configuração espacial dos parques ambientais em Teresina, além de não atender de maneira uniforme à população, compromete o potencial desses espaços como elementos estruturantes do planejamento urbano sustentável. A necessidade de melhorias na acessibilidade e na oferta de equipamentos voltados a crianças e idosos ainda se faz presente na maioria desses espaços.

6. CONCLUSÃO

A criação dos parques ambientais ribeirinhos em Teresina, iniciada na década de 1990, consolidou-se como uma estratégia relevante de requalificação urbana e de preservação ecológica das margens dos rios Parnaíba e Poti. A pesquisa revelou que esses parques desempenham papel fundamental no planejamento urbano sustentável da cidade, ao promoverem lazer e valorização das paisagens fluviais.

Contudo, a análise espacial evidenciou uma distribuição desigual desses equipamentos entre as zonas administrativas, com maior presença nas regiões Norte, Centro e Leste, e significativa carência nas zonas Sudeste e Sul. Essa assimetria revela a urgência de políticas públicas mais equitativas, que ampliem o acesso da população aos espaços livres de qualidade. Além disso, persistem desafios relacionados à manutenção, à infraestrutura inclusiva e ao fortalecimento do vínculo entre os moradores e os rios urbanos. Nesse sentido, a consolidação dos parques ribeirinhos como instrumentos de inclusão social e preservação ambiental exige a adoção de estratégias de gestão integradas, que articulem preservação ecológica, justiça territorial e bem-estar urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, M. P. ANÁLISE SITUACIONAL E QUALIDADE PAISAGÍSTICA: USO DE PARQUES AMBIENTAIS EM TERESINA-PI. **Revista Equador** (UFPI), v. 5, n. 3 (Edição Especial 02), p. 43 - 61, 2016.

KALLAS, L. M. E.; MACHADO, R. R. B. **Parques urbanos em Teresina-PI: diagnóstico e recomendações**. Caderno de Teresina, Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, ano XVII, 2005.

MATOS, K. C. **A cidade ribeirinha: Desafios e possibilidades para o planejamento urbano-ambiental dos Rios Parnaíba e Poti em Teresina-PI.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MATOS, K.; AFONSO, S. O Rio Parnaíba como linha de força no sistema de parques ambientais em Teresina-PI. *In:* **XI Colóquio QUAPA SEL – Quadro do Paisagismo no Brasil**, Salvador: UFBA, 2016.

MATOS, K. C.; LOPES, W. G. R.; MATOS, I. C.; AFONSO, S. Os parques ambientais de Teresina como eixos lineares do sistema de espaço público. **Paisagem e Ambiente**, n. 33, p. 165-180, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Teresina em Bairros**. SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Disponível em: https://semplan.pmt.pi.gov.br/teresina-em-bairros/. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTIAGO, D. R.; MATOS, K. C; LOPES, W. G. R; LIMA, G. S. Principais parques urbanos em Teresina-PI: Caracterização dos espaços a partir de visitas de campo. In: **Anais do 7º Congresso Internacional de Arquitetura da Paisagem**. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/107979>. Acesso em: 07 de mai. de 2025.

SOUSA, C. R.; AQUINO, C. M. S. Proteção ambiental e turismo no Parque Ambiental Encontro dos Rios, Teresina/PI. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 3, p. 66-74, 2007.

TERESINA. **Lei Nº 2.475, de 04 de julho de 1996**: Dispõe sobre a política de proteção, conservação, recuperação e desenvolvimento do meio ambiente, e dá outras providências. Teresina: Câmara Municipal, 1996.

AGRADECIMENTOS

Ao Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA da Universidade Federal do Piauí - UFPI.